



UNIFEOB

CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS

ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO INTEGRADO

RELATÓRIOS DE AUDITORIA E PERÍCIA
CONTÁBIL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

MARÇO, 2021

UNIFEOB

CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS

ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO INTEGRADO

RELATÓRIOS DE AUDITORIA E PERÍCIA
CONTÁBIL

MÓDULO AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL

AUDITORIA CONTÁBIL - PROF. PAULO CÉSAR MONTANHEIRO

PERÍCIA E ARBITRAGEM CONTÁBIL - PROF. PAULO CÉSAR
MONTANHEIRO

Ana Carolina Andrade Sassaron, RA 1012021100205
Carlos Eduardo Mengalli, RA 1012019100259
Elizabeth Cristina Ramos Gonçalves, RA 1012020100736
Fabiane Oliveira da Silva, RA 1012021100099
Gislaine Cristina da Silva Reis, RA 1012419100097

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP
MARÇO, 2021

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	2
2. PROJETO INTEGRADO	4
2.1 AUDITORIA CONTÁBIL	4
2.1.1 RELATÓRIO DA AUDITORIA INDEPENDENTE	4
2.1.2 RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTE SOBRE AS D.C.	6
2.1.3 CASO REAL DE UM RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS D.C.	7
2.2.1 ESTRUTURA DO LAUDO PERICIAL CONTÁBIL	28
2.2.2 MEDIAÇÃO, CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM CONTÁBIL	29
3. CONCLUSÃO	32
REFERÊNCIAS	33
ANEXOS	31
Item 2.1.3.	35

1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho abordaremos auditoria contábil e perícia e todas as suas estruturas utilizadas pelos auditores e peritos para apuração de possíveis desvios ou falhas em suas finanças, trabalhistas e outros.

A auditoria surgiu da necessidade do controle do patrimônio e, para a sua realização, foi preciso determinar normas para a sua execução. Para que o trabalho do auditor fosse realizado, o mesmo teria que fornecer um parecer a respeito dos processos auditados formando assim o relatório de auditoria com os pareceres sem ressalva, com ressalva, adverso e com abstenção de opinião.

Temos um caso real de uma auditoria realizada pela empresa KPMG auditores independentes através da auditora Marcelle Mayume Komkai, na empresa Magazine Luiza. Ela examinou as demonstrações financeiras e consolidadas da empresa, sendo que esta apresentou adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, financeira, individual e consolidada.

O contador habilitado pelo CFC e registrado no CRC, poderá atuar como perito para esclarecer, comprovar e minimizar dúvidas em processos expedidos pelos juízes e para a sua conclusão é emitido um laudo pericial contábil. O perito poderá resolver problemas legais como arbitragem contábil, atuar em processos judiciais ou extrajudiciais de mediação e conciliação.

2. PROJETO INTEGRADO

2.1 AUDITORIA CONTÁBIL

A auditoria contábil surgiu a partir da institucionalização do investidor capitalista, que passou a exigir relatórios imparciais sobre a integridade de seu investimento e dos resultados econômicos do empreendimento.

Com o constante aumento desse patrimônio ou aparecimento de novas fontes de riqueza, o proprietário deixa de fazer o acompanhamento pessoal de seu patrimônio, por permanecer durante muito tempo longe de seus bens, surgindo à necessidade de sua guarda ser realizadas por terceiros, estabelecendo-se uma relação de accountability envolvendo delegação de responsabilidade pelo proprietário para implantação de controles, de forma que, mesmo distante, possa acompanhar e certificar-se do fiel cumprimento de suas determinações tempestivas.

Para saber se as informações dos relatórios eram adequadas e fidedignas, surgiu um agente independente, que teria de emitir a sua opinião diante das informações apresentadas, que ficaria sendo conhecido como auditor contábil. (MELO & SANTOS, 2015).

2.1.1 RELATÓRIO DA AUDITORIA INDEPENDENTE

Como consequência das situações encontradas nos trabalhos de auditorias independentes, o auditor deve expressar sua opinião, de acordo com as análises feitas na empresa auditada, fornecendo um parecer sobre as adequações de processos, posição patrimonial e financeira, entre outros informativos, formando assim o relatório da auditoria.

Segundo as normas, a NBC 700 afirma que o relatório do auditor independente deve ser de forma escrita e de forma clara, apresentando em sua estrutura o título, o destinatário, endereçando as pessoas que estão enviando o relatório, normalmente acionistas e administradores da empresa e parágrafo introdutório, confirmando que foram analisados.

Os pareceres de auditorias possuem as seguintes características:

- Parecer sem ressalva;
- Parecer com ressalva;
- Parecer adverso;
- Parecer com abstenção de opinião;

Abaixo segue o quadro explicativo sobre os tipos de pareceres, de forma não modificada e modificada.

Quadro1 – Classificação e Conceitos dos tipos de opinião do auditor independente.

Opinião	Tipo de Parecer	NBC T 11, NBC TAs 700, 705 e 706
Sem modificação	Sem ressalva	Indica que o auditor está convicto de que as demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as normas, práticas contábeis e estruturas de relatório financeiro aplicável.
Modificado	Com ressalva	É emitido quando o profissional conclui que a consequência de qualquer discordância ou restrição na aplicação de um trabalho não é de tal magnitude que requeira parecer adverso ou abstenção de opinião.
	Adverso	É emitido quando o profissional verificar que as demonstrações contábeis estão incorretas ou incompletas, em tal magnitude que impossibilite a emissão do parecer com ressalva.

	Abstenção de opinião	É emitido quando houver limitação significativa na extensão de seus exames que impossibilitem o auditor expressar opinião sobre as demonstrações contábeis por não ter obtido comprovação suficiente para fundamentá-la.
Parágrafos		NBC T 11, NBC TAs 700, 705 e 706
Parágrafo de ênfase		É o parágrafo incluído no relatório do auditor referente a um assunto apropriadamente apresentado ou divulgado nas demonstrações contábeis que, de acordo com o julgamento do auditor, é de tal importância que é fundamental para o entendimento pelos usuários das demonstrações contábeis.
Parágrafos de outros assuntos		É o parágrafo incluído no relatório de auditoria que se refere a um assunto não apresentado ou não divulgado nas demonstrações contábeis e que, de acordo com o julgamento do auditor, é relevante para os usuários entenderem a auditoria, a responsabilidade do auditor ou o relatório de auditoria (Damacena & Paulo, 2013).

Fonte: Adaptado de Damacena & Paulo, (2013)

2.1.2 RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTE SOBRE AS D.C.

1) Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

(2) Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Magazine Luiza S.A. - Franca - SP

Opinião (3, opinião não modificada) - Opinião sem modificação (apresentam adequadamente) - com parágrafo de outros assuntos (vide o item 12).

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da (3A. I) Magazine Luiza S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em (3A. II) - 31 de dezembro de 2019 e as (3A. III) respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

(4) Em nossa opinião, (4A) as demonstrações financeiras acima referidas **apresentam adequadamente**, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Magazine Luiza S.A. em (3A. II) 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

(4B) Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. (4C) Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e (4D) cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. (4E) Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria (6 - o quadro abaixo, elenca os principais assuntos)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Adoção inicial do CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16 Leases) – Controladora e Consolidado	
Ver notas explicativas nº 4 e 5 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia e suas controladas mantêm compromissos relevantes decorrentes de contratos de arrendamentos, principalmente de imóveis onde operam suas lojas, sedes administrativas, centros de distribuição, dentro outros.</p> <p>O novo pronunciamento contábil CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16 – Leases), que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, introduziu requerimentos contábeis complexos que servem de base para mensuração do direito de uso de um ativo, assim como do passivo de arrendamento, e estão relacionados à: i) determinação da taxa de desconto de cada contrato de arrendamento; ii) determinação dos prazos de cada contrato de arrendamento, o que inclui a avaliação sobre direitos de renovações e/ou rescisões antecipadas; iii) determinação dos componentes de arrendamento e de não arrendamento dos contratos.</p> <p>Devido ao volume de contratos, ao julgamento inerente ao processo de mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento, bem como pelo fato das variações das premissas utilizadas poderem impactar significativamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019,</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avaliação do processo da administração para identificação dos contratos de arrendamento e os controles implementados para captura das informações dos contratos de arrendamentos necessárias para mensuração do direito de uso e passivo de arrendamento. - Avaliação, com o auxílio de especialistas em finanças corporativas, da razoabilidade das premissas utilizadas na determinação das taxas de desconto utilizadas. - Para uma amostra dos contratos, comparamos os prazos de arrendamentos e valores considerados na mensuração com os respectivos contratos, bem como avaliamos a razoabilidade dos julgamentos aplicados pela Companhia para determinação dos prazos de arrendamento, incluindo a avaliação da Companhia quanto a razoável certeza de renovações contratuais. - Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes. <p>No decorrer da nossa auditoria identificamos</p>
<p>consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>ajustes que afetariam a mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento os quais não foram registrados pela administração por terem sido considerados imateriais. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento, bem como as divulgações efetuadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.</p>

ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS – individual e consolidado	
Veja notas explicativas nº 4, 12 e 22 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Durante o exercício de 2019, a Companhia e sua controlada NS2.com Internet S.A. (Netshoes) tiveram transitado em julgado no Supremo Tribunal Federal os processos referentes a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, garantindo à Companhia e à referida controlada, o direito de reaverem os valores já recolhidos e não prescritos de PIS e COFINS, devidamente corrigidos monetariamente. Em função disso, foram reconhecidos créditos de PIS e COFINS em montantes relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, os quais foram mensurados considerando julgamentos e premissas da administração, o valor líquido ou bruto do imposto destacado na nota fiscal e outras informações conforme a documentação que suporta o crédito. Adicionalmente, o processo de mensuração de tais créditos envolveu um volume relevante de operações, uma alta complexidade das transações, bem como julgamentos significativos da administração sobre as modalidades de ICMS que originaram os créditos tributários registrados.</p> <p>Devido à relevância dos valores envolvidos, ao julgamento significativo na determinação das premissas base da mensuração do referido ativo e ao impacto que eventuais alterações nas premissas consideradas poderiam gerar</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avaliação do processo da administração para mensuração e reconhecimento dos créditos tributários em conjunto com nossos especialistas tributários. - Avaliação, com auxílio de nossos especialistas tributários e legais, da documentação da decisão judicial (trânsito em julgado), as opiniões legais emitidas, os aspectos legais e tributários da legislação brasileira para entendimento do mérito e argumentação que orientou a Companhia e sua controlada sobre o reconhecimento e a mensuração do ativo reconhecido através da análise dos cálculos e documentações suporte dos montantes a serem compensados. - Em base amostral, recalculamos o montante de crédito e solicitamos documentação suporte dos itens selecionados para teste documental. - Analisamos a estimativa de recuperação dos créditos tributários registrados, bem como sua apresentação entre ativos circulantes e não circulantes.

<p>nos valores registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>– Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes.</p> <p>No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a apresentação dos créditos tributários os quais não foram registrados pela administração por terem sido considerados imateriais.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento e mensuração de crédito de ICMS na base de cálculo PIS e COFINS, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p>
---	---

(12) Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

(12) As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, (12) foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. (12) Em nossa opinião, essas demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

(12) Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

(9) Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(9A. I) Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. (9A. II) Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. (9A. III) As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- **(9B. I) Identificamos e avaliamos os riscos** de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- **(9B. II) Obtemos entendimento dos controles internos** relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- **(9B. III) Avaliamos a adequação das políticas contábeis** utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- **(9B. IV) Concluimos sobre a adequação do uso**, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

– (9B. V) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

– (9B. VI) Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. (9A) Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

(9C. I) Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

(9C. II) Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

(9C. III) Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

(9C. IV) Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação

podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

(11) São Paulo, 17 de fevereiro de 2020

(10) KPMG Auditores Independentes

CRC SP014428/O-6

(10) Marcelle Mayume Komukai

(10) Contadora CRC 1SP249703/O-5

2.1.3 CASO REAL DE UM RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS D.C.

A empresa Magazine Luiza é uma empresa S.A, ou seja uma Sociedade Anônima, é um tipo de sociedade empresarial dividida por ações – diferentemente da Sociedade Limitada, que é dividida por quotas. Ela é regulamentada pela Lei 6.404/76 (também conhecida como Lei das Sociedades Anônimas).

Na S.A, sócios e acionistas têm responsabilidade limitada sobre o negócio de acordo com o preço de emissão das ações adquiridas. Outra característica desse tipo societário é que o patrimônio pessoal dos acionistas não se confunde com o da empresa.

O Magazine Luiza S.A. (“Controladora”) é uma sociedade anônima de capital aberto listada no segmento especial denominado Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código “MGLU3” e atua, preponderantemente, no comércio varejista de bens de consumo, principalmente eletrodomésticos, eletrônicos e móveis, por meio de lojas físicas e virtuais ou por comércio eletrônico. Através de suas controladas em conjunto (nota explicativa 15), oferece serviços de operações de empréstimos, financiamentos e seguros aos seus clientes. Sua sede social está localizada na cidade de Franca, Estado de São Paulo, Brasil. Sua Controladora e “holding” é a LTD Administração e Participação S.A.

O Relatório dos auditores independentes está de acordo com as normas da NBC 700 afirmando que o relatório do auditor independente foi enviado de forma escrita e clara, apresentando em sua estrutura o título, o destinatário, endereçando as pessoas que estão enviando o relatório, normalmente acionistas e administradores da empresa e parágrafo introdutório, confirmando que foram analisados.

Relatório sem modificação e sem ressalva indica que o auditor está convicto de que as demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as normas, práticas contábeis e estruturas de relatório financeiro aplicável.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

1. Informações gerais

O Magazine Luiza S.A. (“Controladora”) é uma sociedade anônima de capital aberto listada no segmento especial denominado Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código “MGLU3” e atua, preponderantemente, no comércio varejista de bens de consumo, principalmente eletrodomésticos, eletrônicos e móveis, por meio de lojas físicas e virtuais ou por comércio eletrônico. Através de suas controladas em conjunto (nota explicativa 15), oferece serviços de operações de empréstimos, financiamentos e seguros aos seus clientes. Sua sede social está localizada

na cidade de Franca, Estado de São Paulo, Brasil. Sua Controladora e “holding” é a LTD Administração e Participação S.A.

O Magazine Luiza S.A. e suas controladas doravante serão referidos como “Companhia” para fins deste relatório, exceto se de outra forma indicado em informação específica.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía 1.113 lojas e 17 centros de distribuição (954 lojas e 12 centros de distribuição em 31 de dezembro de 2018) localizados em todas as regiões do País e atuava nos sites de comércio eletrônico www.magazineluiza.com.br , www.epocacosmeticos.com.br e, tendo em vista a aquisição do Grupo Netshoes , os sites www.netshoes.com.br, www.zattini.com.br e **www.shoestock.com.br**.

Em 14 de fevereiro de 2020, o Conselho de Administração autorizou a emissão dessas demonstrações contábeis.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

2.1 Bases de elaboração, apresentação e declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e os padrões internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”), implantados no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

2.2. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis.

A moeda funcional da Companhia é o Real. As demonstrações contábeis de cada controlada, bem como as demonstrações contábeis utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas em reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da controladora e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto ou estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

A seguir são apresentados os detalhes das controladas da Companhia no encerramento de cada exercício:

Nome da controlada	Principal atividade	Participação direta ou indireta %	
		2019	2018
Época Cosméticos	Comércio eletrônico de perfumes e cosméticos	100%	100%
Integra Commerce	Integração e gestão de relacionamento entre lojistas e marketplaces	100%	100%
Luiza Administradora de Consórcios (LAC)	Administradora de consórcios	100%	100%
Magalu Log (Magalog)	Empresa de serviços logísticos	100%	100%
Softbox Sistemas de Informação	Soluções tecnológicas para varejo e indústrias de bens de consumo	100%	100%
Certa Administração	Marketplace de serviços financeiros	100%	100%
Kelex Tecnologia	Integração e gestão de relacionamento entre lojistas e marketplaces	100%	100%
Netshoes	Comércio eletrônico de artigos esportivos e moda	100%	-
Magalu Pagamentos	Instituição de Pagamentos da Companhia	100%	-

As demonstrações contábeis consolidadas também contemplam os fundos de investimentos exclusivos, onde a Companhia mantém parte de suas aplicações financeiras, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 8.

No processo de consolidação das demonstrações contábeis são contempladas as seguintes eliminações:

Participações da controladora no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas; Saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas; e Saldos de receitas e despesas decorrentes de transações realizadas entre as empresas consolidadas.

Nas demonstrações contábeis individuais as informações financeiras das controladas e das controladas em conjunto são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

3. Principais políticas e práticas contábeis

As principais políticas e práticas contábeis estão descritas a cada nota explicativa correspondente, exceto as abaixo que são relacionadas a mais de uma nota explicativa. As políticas e práticas contábeis foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, exceto pela adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16, que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019 e cujas políticas e impactos estão divulgados na nota explicativa 5.

3.1. Transações e atualizações monetárias de direitos e obrigações

Os ativos e passivos monetários sujeitos a reajustes contratuais ou variações cambiais e monetárias são atualizados até a data do balanço patrimonial, sendo essas variações reconhecidas como receitas ou despesas financeiras no resultado.

Quando existentes, os ativos e passivos monetários indexados em moeda estrangeira são convertidos para Reais usando-se a taxa de câmbio vigente na data de fechamento dos respectivos balanços patrimoniais. As diferenças decorrentes da conversão de moeda são reconhecidas como receitas ou despesas financeiras no resultado.

3.1. Transações e atualizações monetárias de direitos e obrigações

ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

iii) Alocação dos saldos de ágio

O ágio é alocado a cada unidade geradora de caixa e é submetido anualmente a uma avaliação de sua recuperação ou, com maior frequência, quando houver indicação de que uma unidade geradora de caixa apresenta performance abaixo do esperado. Se o

valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil somado ao ágio a ela alocado, a perda do valor recuperável é primeiramente alocada na redução do ágio alocado à unidade e posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um desses ativos. Qualquer perda no valor de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício em que ocorreu sua identificação, a qual não é revertida em períodos subsequentes, mesmo que os fatores que levaram ao seu registro deixem de existir.

3.3. Ajustes a valor presente

As principais transações que resultam em ajustes a valor presente são relacionadas a operações de compra de mercadorias para revenda, efetuadas a prazo, bem como operações de revenda de mercadorias, cujos saldos são parcelados aos clientes, as quais são efetuadas com taxas de juros pré-fixadas. Vendas e compras são descontadas para determinar o valor presente na data das transações e considerando os prazos de parcelamento.

A taxa de desconto utilizada considera os efeitos das taxas de financiamento levadas ao consumidor final, ponderada ao percentual de risco de inadimplência avaliado e já considerado na provisão para créditos de liquidação duvidosa.

O ajuste a valor presente das operações de revenda de mercadorias a prazo tem como contrapartida a rubrica “Contas a receber”. Sua realização é registrada na rubrica “Receitas de vendas de mercadorias”, também pela fruição de prazo.

O ajuste a valor presente do passivo relativo às operações de compra de mercadorias para revenda é registrado na rubrica “Fornecedores” com contrapartida na conta de “Estoques”. Sua reversão é registrada na rubrica “Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços” pela fruição de prazo.

3.4. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações ou riscos presentes resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cujo desembolso seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício ou período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

3.5. Benefício de empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função do serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Acordos de pagamento baseado em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidas aos elegíveis é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os elegíveis adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (vesting date).

Acordos de pagamento baseado em ações

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. É apresentada como parte de suas demonstrações contábeis individuais conforme requerido pela legislação societária brasileira e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas por não ser uma demonstração prevista e obrigatória conforme as IFRS.

3.7. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida.

4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve exercer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais informações objetivas não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica

e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 2.3 - Bases de consolidação e investimentos em controladas: determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida; Nota explicativa 5.1 – prazo de arrendamento: se a Companhia tem razoável certeza de exercer opção de prorrogação; e Nota explicativa 12 – determinação dos créditos tributários incluídos nas ações judiciais transitadas em julgado.

b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 5 – Taxa de desconto aplicada no CPC 06(R2)/IFRS 16; Nota explicativa 9 - Contas a receber: critérios e montantes da provisão para créditos de liquidação duvidosa; Nota explicativa 10 - Estoques: critérios e montantes para a provisão para perdas em estoques; Nota explicativa 13 - Imposto de renda e contribuição social: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados; Nota explicativa 14 - Investimentos em controladas: aquisição de controlada pelo valor justo da contraprestação transferida e o valor justo

dos ativos adquiridos e passivos assumidos; Nota explicativa 16 e 17- Imobilizado e Intangível - estimativa da vida útil dos ativos de longa duração; Nota explicativa 17 - Intangível: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento. A determinação do ágio na aquisição de redes de empresas de varejo é um processo complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como é baseado em diversas premissas, tais como a determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, projeção de inflação, percentuais de crescimento, perenidade e rentabilidade dos negócios da Companhia para os próximos anos, entre outros. Estas premissas serão afetadas pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais não podem ser estimados com precisão; Notas explicativas 22 - Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; Nota explicativa 30 - Redução ao valor líquido recuperável de ativos (“impairment): determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos.

5. Mudanças nas principais políticas contábeis

5.1 Adoção inicial do CPC 06 R2/ IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos nas demonstrações financeiras de arrendatários. Como resultado, a Companhia, como arrendatária, reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento.

A Companhia classificava anteriormente arrendamentos operacionais ou financeiros com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia ou não substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial.

i) Políticas contábeis

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas mensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos.

A Companhia utilizou como componente do custo os valores de pagamentos de arrendamento fixos ou fixos em essência, que seriam os pagamentos mínimos acordados em contratos com pagamentos variáveis de acordo com atingimento de receitas. Os valores de pagamentos especificamente variáveis estão fora do alcance do CPC 06 (R2) e são reconhecidos mensalmente como despesas operacionais.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

A Companhia é parte em determinados contratos com prazos indeterminados. Considerando que tanto o locador quanto o locatário têm o direito de cancelar o contrato a qualquer momento, com multa insignificante quando houver, a Companhia entende que tais contratos estão fora do alcance do pronunciamento CPC 06 (R2) , fazendo com que os pagamentos sejam reconhecidos como despesas operacionais, quando ocorrerem.

ii) Políticas contábeis

A Companhia aplicou o CPC 06 (R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada, a qual não exige a rerepresentação dos valores correspondentes, não impacta o patrimônio líquido, bem como não altera o cálculo de

dividendos e possibilita a adoção de expedientes práticos. Portanto, a informação comparativa apresentada para 2018 não foi reapresentada - ou seja, é apresentada conforme anteriormente reportado de acordo com o CPC 06 (R2)/IAS 17 e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo.

Na transição, para arrendamentos classificados como arrendamentos operacionais segundo o CPC 06(R1)/IAS 17, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso foram mensurados ao valor equivalente ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial. Para os arrendamentos classificados como financeiros segundo CPC (R1)/IAS 17, o valor contábil do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento em 1º de janeiro de 2019 foram determinados pelo valor contábil do ativo de arrendamento e do passivo de arrendamento conforme o CPC 06(R1)/IAS 17 imediatamente antes dessa data

A Companhia optou por utilizar o expediente prático de transição e não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, aluguéis de impressoras), bem como de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Adicionalmente, a Companhia excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data de aplicação inicial.

Ao mensurar os passivos de arrendamento para aqueles arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais, a Companhia descontou os pagamentos do arrendamento utilizando a sua taxa incremental de empréstimo em 1º de janeiro de 2019. A taxa média ponderada aplicada foi de 7,76% a.a. a 8,00% a.a. na Controladora e de 12,13% a.a. na Netshoes.

2.2 PERÍCIA E ARBITRAGEM CONTÁBIL

Perícia é um meio de prova utilizado pela justiça que visa esclarecer, comprovar e minimizar dúvidas auxiliando então no melhor entendimento das partes envolvidas no processo e conseqüentemente na resolução do mesmo. Ela deve ser realizada por profissional devidamente capacitado e com conhecimentos técnicos relevantes ao tema principal do julgamento.

A perícia contábil deve ser realizada por um profissional contador, devidamente habilitado pelo Conselho Federal de Contabilidade e registrado no Conselho Regional de Contabilidade, e que tenha conhecimento e experiência no tema principal do processo. O perito contador deve utilizar procedimentos técnicos-científicos para reunir informações suficientes que sejam capazes de comprovar de maneira científica os acontecimentos citados pelas partes no processo. Todo o trabalho realizado na perícia deve estar devidamente formalizado no laudo pericial que é apresentado no processo como prova.

Arbitragem é uma forma de resolução de conflitos de ordem legal que envolvam direitos patrimoniais disponíveis. Difere do processo jurídico, porque é realizada por um ou mais árbitros contratados pelas partes e não por um juiz. O papel do árbitro é auxiliar as partes a entrarem em um acordo e caso este não ocorra, ele emite uma sentença que tem o mesmo peso de uma sentença judicial.

Poder escolher alguém com amplo conhecimento no assunto discutido para solucionar o conflito é um ponto positivo da arbitragem. A agilidade é outra das vantagens, já que não há possibilidade de recurso. Há também confiabilidade, já que os procedimentos são mantidos em sigilo.

2.2.1 ESTRUTURA DO LAUDO PERICIAL CONTÁBIL

O laudo pericial contábil é o resultado do trabalho de perícia devidamente documentado para ser apresentado a todas as partes envolvidas no processo. Nele constam todas as documentações comprobatórias reunidas pelo perito contador e também seu parecer sobre o assunto de maneira profissional, tudo informado de maneira detalhada e clara garantindo que seja de fácil entendimento a todos os envolvidos. Garantindo um suporte importante ao juiz no momento de dar sua decisão final.

Apesar de não haver regras para a construção do laudo, Conselho Federal de Contabilidade orienta que o laudo pericial deve respeitar a seguinte estrutura:

- Identificação do Processo e das partes: é necessário indicar número do processo, vara e nome das partes envolvidas.
- Síntese do Objeto da Perícia: descrição dos motivos que levaram a contratação do perito e realização da perícia.
- Metodologia adotada para os trabalhos periciais: descrição dos meios técnicos/ científicos utilizados para alcançar o resultado da perícia.
- Identificação das diligências realizadas: o perito deve informar os procedimentos e meios utilizados a fim de conseguir documentos, informações ou outras coisas que comprovem algo.
- Transcrição e resposta aos quesitos: consta todos os questionamentos realizados pelas partes e as respostas pontuais desenvolvidas pelo perito.
- Conclusão: o perito deve argumentar sobre os fatos, apoiado em todo o trabalho desenvolvido e também expor as informações e documentações encontradas pelo perito que não foram citadas pelas partes e ajudem na decisão final.
- Anexos: aqui constam os documentos utilizados pelo perito para fundamentar a sua conclusão.
- Apêndices: são as documentações elaboradas pelo perito.

- Assinatura do perito contador: deve constar assinatura e nome do perito contador, o cargo e o número do registro no Conselho Regional de Contabilidade.

Além do laudo pericial que é formulado pelo perito contador, também há o parecer pericial que é formulado pelo perito assistente. O perito assistente é contratado pelas partes e acompanha todo o trabalho realizado pelo perito contador, e ao final do trabalho ele também reúne as informações que arrecadou e informa seu parecer sobre o caso em questão. Ambos os documentos são entregues ao juiz e servem de embasamento para a decisão final.

2.2.2 MEDIAÇÃO, CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM CONTÁBIL

Dentre as formas mais comuns de resolução dos problemas legais que o perito contábil poderá atuar estão os processos de mediação, conciliação e arbitragem contábil.

A Mediação é necessária após o surgimento de um conflito entre as partes, em geral ela é utilizada para conflitos de maior complexidade, por exemplo em disputas familiares.

As partes elegem uma terceira pessoa, este perito, especialista na causa do conflito, denominado agora como Mediador, atuará dando total suporte para que o acordo atenda as necessidades e interesses de todos, nunca impondo nenhuma solução, seu objetivo é manter-se imparcial e incentivando o diálogo e o ambiente colaborativo durante todo o processo.

Conforme a Lei nº 13.140 (BRASIL, 2015 b) a mediação deverá obedecer os princípios de independência, imparcialidade, autonomia da vontade, confidencialidade, oralidade, informalidade e a decisão confirmada.

A mediação é mais recomendada quando existe a necessidade das partes envolvidas manterem-se em relacionamento no futuro, normalmente essa opção é feita pelo autor já no início do ação que se desenvolverá através de um processo formal.

Diferentemente da mediação, a principal característica da conciliação é a objetividade da solução, ou seja, o fruto da desavença ficará bem especificado e delimitado na petição formalizada através da cláusula compromissória e o compromisso de mediação.

O conciliador poderá sugerir uma solução mais efetiva, porém conforme o Manual de Mediação Judicial - “ele deve fazê-lo de maneira que as partes possam aceitar ou negar, seja apresentando a ideia como de outra pessoa, seja expondo várias opções’. O conciliador deve evitar qualquer forma de imposição e atitudes que demonstrem de qualquer forma o exercício de autoridade.

Vantagens de utilizar a mediação e a conciliação

Privacidade no processo, poder de escolher o mediador, flexibilidade, foco na solução do conflito, soluções criativas, adesão no cumprimento do acordo, menor custo, agilidade no processo.

A principal desvantagem é que o mediador não poderá obrigar que uma parte participe, ou seja, o interessado com maior poder de influência pode alterar o resultado

Tanto a mediação como a conciliação podem ocorrer na esfera judicial ou extrajudicial, mesmo considerando que as vantagens de utilizar a mediação, as partes poderão entrar com o processo Judicial a qualquer momento

A arbitragem também é uma forma de resolver conflitos, porém diferentemente da conciliação e da mediação, a decisão do perito tem a mesma força de um título extrajudicial, inclusive devem ser homologadas pelo Poder Judiciário e acatadas. Ela somente será utilizada em situações de conflitos relacionados ao patrimônio com intenção de entendimento prévio.

Após a sentença ser divulgada pelo árbitro perito, o relatório deverá ser elaborado conforme orienta o artigo 498 do Código de Processo Civil – CPC Lei 13.105/15

"I – o relatório, que conterà os nomes das partes, a identificação do caso , a suma do pedido e da contestação, e o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo;

II – os fundamentos, em que o juiz analisará as questões de fato e de direito;

III – o dispositivo, em que o juiz resolverá as questões principais que as partes lhe submeterem.”

Desta forma o relatório deve permanecer, objetivo, sem qualquer nuance de incertezas e ambiguidades, uma sentença também não pode ser alterada após anunciada, com exceção de erros de cálculos ou dados.

Veja abaixo alguns casos em que há recurso judicial contra uma sentença de arbitragem:

- a) Quando quem atuou como árbitro estava impedido;
- b) Quando a sentença não estiver fundamentada;
- c) Quando não decidir toda controvérsia;
- d) Quando for comprovado que foi proferida por prevaricação, concussão ou corrupção passiva;
- e) Quando não observou os princípios da igualdade das partes e do direito de defesa;
- f) Quando for proferida fora do prazo.

O campo de atuação da arbitragem é vasto, ainda que limitado a questões patrimoniais tais como: Compra e Venda de bens, seguros, inventários, negociações em geral, conflitos trabalhistas, entre outros.

3. CONCLUSÃO

Tendo em vista os aspectos observados no decorrer deste trabalho, em especial o estudo da auditoria realizada pela empresa KPMG na empresa Magazine Luiza, fica evidente os benefícios de ter seus registros contábeis certificados conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade.

Ficou evidente para este grupo que a Auditoria Contábil está muito além de identificar erros e apontar culpados, ela vislumbra muito mais uma ação que evite fraudes ou problemas administrativos, ela assegura, fortalece e dá credibilidade nos registros contábeis em um trabalho muito mais preventivo.

É importante destacar que o relatório e ou parecer emitido pelo perito contábil / auditor deve ser estruturado e respeitar as normas vigentes que forem emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, sem margens para interpretações.

Vale ainda observar que o campo de atuação do profissional de contabilidade vai além da interpretação dos registros contábeis nas organizações, ele também poderá atuar como mediador, conciliador e árbitro contábil em processos judiciais ou extrajudiciais mantendo a atividade contábil extremamente relevante no contexto patrimonial e de negócios na sociedade.

REFERÊNCIAS

ALVES, Aline. **Perícia Contábil 1**. Porto Alegre: Sagah, 2017.

BRASIL, Lei n. 13.140/2015. Lei da Mediação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13140.htm. Acesso em: 08 de abril de 2021.

COLONISTA PORTAL- EDUCAÇÃO. **Estrutura do laudo e do parecer pericial contábil**. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/pedagogia/estrutura-do-laudo-e-do-parecer-pericial-contabil/43990>. Acesso em: 04 abr. 2021.

COMPLIANCE PERÍCIAS CONTÁBEIS. **Laudo Pericial Contábil: o que é e como fazer?** Disponível em: <https://compliancepericias.com.br/laudo-pericial-contabil-o-que-e-e-como-fazer/>. Acesso em: 05 abr. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE NBC TP 01 – NORMA TÉCNICA DE PERÍCIA CONTÁBIL**. Disponível em: https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2016/02/NBC_TP_01.pdf. Acesso em: 04 abr. 2021.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS MAGAZINE LUIZA. Disponível em: <https://ri.magazineluiza.com.br/Download/ITR-DFP?=EDjHO0Z4QwPGXaBjhVLPhw>. Acesso em: 02 abril.

EMPRESAS S.A disponível em: <https://blog.nubank.com.br/sociedade-anonima-o-que-e/>. Acesso em 02 abril. 2021.

MELO, Moisés Moura de; SANTOS, Ivan Ramos dos. **Auditoria Contábil**. Freitas Bastos Editora, 2015.

PERÍCIAS, Rui Juliano. **Laudos e pareceres técnicos**. Disponível em: <https://www.manualdepericias.com.br/laudo-e-parecer-tecnico/>. Acesso em: 06 abr. 2021.

ANEXOS

Item 2.1.3.

ANEXO A - BALANÇOS PATRIMONIAIS

Magazine Luiza S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	180.799	548.553	305.746	599.087
Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros	8	4.446.143	409.111	4.448.158	409.111
Contas a receber	9	2.769.649	2.024.685	2.915.034	2.051.557
Estoques	10	3.509.334	2.790.726	3.801.763	2.810.248
Contas a receber de partes relacionadas	11	373.995	193.635	370.036	190.190
Tributos a recuperar	12	777.929	299.746	864.144	303.691
Outros ativos		99.166	46.357	136.280	48.506
Total do ativo circulante		12.157.015	6.312.813	12.841.161	6.412.390
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros	8	-	-	214	214
Contas a receber	9	14.314	7.571	16.842	7.571
Tributos a recuperar	12	1.039.684	150.624	1.137.790	150.624
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	-	171.488	12.712	181.012
Depósitos judiciais	22	428.042	349.228	570.142	349.239
Outros ativos		9.030	32.442	11.003	34.154
Investimentos em controladas	14	935.573	146.703	-	-
Investimentos em controladas em conjunto	15	305.091	308.462	305.091	308.462
Direito de uso de arrendamento	5	2.203.827	-	2.273.786	-
Imobilizado	16	992.372	749.463	1.076.704	754.253
Intangível	17	526.869	501.539	1.545.628	598.822
Total do ativo não circulante		6.454.802	2.417.520	6.949.912	2.384.351
Total do ativo		18.611.817	8.730.333	19.791.073	8.796.741

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ANEXO B - BALANÇOS PATRIMONIAIS

Magazine Luiza S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	18	5.413.546	4.068.459	5.934.877	4.105.244
Empréstimos e financiamentos	19	8.192	130.885	9.967	130.743
Salários, férias e encargos sociais		309.007	250.792	354.717	258.983
Tributos a recolher		307.695	135.384	352.008	140.979
Contas a pagar a partes relacionadas	11	152.094	125.353	152.126	125.383
Arrendamento mercantil	5	311.960	-	330.571	-
Receita diferida	20	39.157	39.157	43.036	39.157
Dividendos a pagar	23	123.566	182.000	123.566	182.000
Outras contas a pagar	21	537.825	403.805	701.719	408.109
Total do passivo circulante		7.203.042	5.335.635	8.002.567	5.388.598
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	19	838.862	323.402	838.862	325.224
Arrendamento mercantil	5	1.893.790	-	1.949.751	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	3.725	-	39.043	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	22	767.938	377.444	1.037.119	387.355
Receita diferida	20	339.523	390.980	356.801	390.980
Outras contas a pagar	21	-	-	1.973	1.712
Total do passivo não circulante		3.843.838	1.091.826	4.223.549	1.105.271
Total do passivo		11.046.880	6.427.461	12.226.136	6.493.869
Patrimônio líquido					
Capital social	23	5.952.282	1.719.888	5.952.282	1.719.888
Reserva de capital		323.263	52.175	323.263	52.175
Ações em tesouraria		(124.533)	(87.015)	(124.533)	(87.015)
Reserva legal		109.001	85.844	109.001	85.844
Reservas de lucros		1.301.756	548.851	1.301.756	548.851
Ajuste de avaliação patrimonial		3.168	5.331	3.168	5.331
Total do patrimônio líquido		7.564.937	2.302.872	7.564.937	2.302.872
Total do Passivo e Patrimônio líquido		18.611.817	8.730.333	19.791.073	8.796.741

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ANEXO C - DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.

Magazine Luiza S.A.
Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Receita líquida de vendas	24	18.491.861	15.385.737	19.886.310	15.590.444
Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços	25	(13.464.405)	(10.941.965)	(14.332.349)	(11.053.022)
Lucro bruto		5.027.456	4.443.772	5.553.961	4.537.422
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	26	(3.134.586)	(2.713.474)	(3.444.112)	(2.747.447)
Gerais e administrativas	26	(534.573)	(557.944)	(701.587)	(596.143)
Perdas com créditos de liquidação duvidosa		(69.676)	(59.737)	(75.993)	(59.737)
Depreciação e amortização	16 e 17	(438.009)	(161.811)	(486.975)	(163.690)
Resultado de equivalência patrimonial	14 e 15	79.730	61.841	26.607	57.757
Outras receitas operacionais, líquidas	26 e 27	352.031	49.608	416.662	53.389
		<u>(3.745.083)</u>	<u>(3.381.517)</u>	<u>(4.265.398)</u>	<u>(3.455.871)</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro		1.282.373	1.062.255	1.288.563	1.081.551
Receitas financeiras		614.301	149.528	640.917	133.929
Despesas financeiras		(681.290)	(426.546)	(711.330)	(428.617)
Resultado financeiro	28	(66.989)	(277.018)	(70.413)	(294.688)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		1.215.384	785.237	1.218.150	786.863
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	13	(293.556)	(187.808)	(296.322)	(189.434)
Lucro líquido do exercício		<u>921.828</u>	<u>597.429</u>	<u>921.828</u>	<u>597.429</u>
Lucro atribuível a:					
Acionistas controladores		<u>921.828</u>	<u>597.429</u>	<u>921.828</u>	<u>597.429</u>
Lucro por ação					
Básico (reais por ação)	23	<u>0,569</u>	<u>0,395</u>	<u>0,569</u>	<u>0,395</u>
Diluído (reais por ação)	23	<u>0,562</u>	<u>0,392</u>	<u>0,562</u>	<u>0,392</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ANEXO D - DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.

Magazine Luiza S.A.**Demonstrações dos resultados abrangentes**
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Lucro líquido do exercício	921.828	597.429
Items que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:		
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial - participação nos Outros Resultados Abrangentes - ORA	6.001	38
Efeito dos impostos	(2.318)	227
Total	3.683	265
Ativos financeiros mensurados ao valor justo - VJORA	(8.858)	3.648
Efeito dos impostos	3.012	(1.241)
Total	(5.846)	2.407
Total de itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	(2.163)	2.672
Total dos resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	919.665	600.101
Atribuível a:		
Acionistas controladores	919.665	600.101

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ANEXO E - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Magazine Luiza S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

Nota Explicativa	Reservas de Lucro									Total
	Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Reserva Legal	Reservas de reforço de Capital de giro	Dividendos adicionais propostos	Reservas de incentivos fiscais	Lucros ou prejuízos acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	
Saldos em 1º de janeiro de 2018	1.719.886	37.094	(13.955)	39.922	220.072	-	68.299	-	2.659	2.073.977
Dividendos declarados	-	-	-	-	(50.000)	-	-	-	-	(50.000)
Plano de ações	-	17.673	-	-	-	-	-	-	-	17.673
Ações em tesouraria	-	-	(87.984)	-	-	-	-	-	-	(87.984)
Venda de ações em tesouraria para pagamento de plano de ações	-	(2.592)	14.924	-	-	-	-	-	-	12.332
Adoção inicial IFRS 9 e 15 na controladora	-	-	-	-	(24.411)	-	-	-	-	(24.411)
Adoção inicial IFRS 9 em controlada em conjunto	-	-	-	-	(56.816)	-	-	-	-	(56.816)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	597.429	-	597.429
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	25.722	-	-	-	(25.722)	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(182.000)	-	(182.000)
Reservas de lucros	-	-	-	-	306.716	-	82.991	(389.707)	-	-
Outros resultados abrangentes:	1.719.886	52.175	(87.015)	65.644	395.561	-	151.290	-	2.659	2.300.200
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	2.672	2.672
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.719.886	52.175	(87.015)	65.644	395.561	-	151.290	-	5.331	2.302.872
Emissão de ações ordinárias	23	4.300.000	-	-	-	-	-	-	-	4.300.000
Gastos com emissões de ações, líquidas de impostos	23	(67.604)	-	-	-	-	-	-	-	(67.604)
Plano de ações	23	-	92.126	-	-	-	-	-	-	92.126
Ações em tesouraria adquiridas	23	-	-	(142.773)	-	-	-	-	-	(142.773)
Ações em tesouraria vendidas	23	-	178.962	105.255	-	-	-	-	-	284.217
Lucro líquido do exercício	23	-	-	-	-	-	-	921.828	-	921.828
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	23	-	-	-	43.357	-	-	(43.357)	-	-
Juros sobre capital próprio declarados	23	-	-	-	-	-	170.000	(170.000)	-	-
Dividendos adicionais propostos	23	-	-	-	-	-	167.348	(290.914)	-	(123.566)
Reservas de lucros	23	-	-	-	-	362.860	54.697	(417.557)	-	-
Outros resultados abrangentes:	4.232.396	271.088	(37.518)	43.357	362.860	337.348	54.697	-	-	5.264.228
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.163)	(2.163)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	5.952.282	323.263	(124.533)	109.001	758.421	337.348	205.987	-	3.168	7.564.937

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ANEXO F - DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXAS.

Magazine Luiza S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		921.328	597.429	921.328	597.429
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício ao caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado	13	293.558	187.008	298.322	189.434
Depreciação e amortização	5, 16 e 17	438.008	161.811	438.875	163.690
Juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos provisionados	5 e 19	188.545	49.714	203.738	49.714
Rendimento de títulos e valores mobiliários		(30.083)	(18.299)	(30.083)	(18.299)
Equivalência patrimonial	14 e 15	(78.730)	(61.841)	(28.907)	(57.757)
Movimentação da provisão para perdas em ativos		348.248	130.212	331.385	130.550
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	22	431.730	98.428	462.133	95.113
Resultado na venda de ativo imobilizado	27	(4.898)	88	(4.898)	88
Apropriação da receita diferida	27	(61.467)	(76.947)	(63.256)	(76.947)
Despesas com plano de opção de ações		75.151	17.673	84.355	17.673
Lucro líquido do exercício ajustado		2.540.308	1.086.076	2.692.304	1.090.688
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber		(355.953)	(910.101)	(355.453)	(925.580)
Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros		(4.008.948)	867.353	(4.008.899)	867.149
Estoques		(887.488)	(878.508)	(1.028.847)	(882.958)
Contas a receber de partes relacionadas		(188.838)	(98.920)	(188.325)	(92.707)
Tributos a recuperar		(1.387.243)	(85.443)	(1.487.113)	(85.919)
Outros ativos		(88.831)	2.406	(127.171)	2.962
Variação nos ativos operacionais		(7.485.114)	(1.103.203)	(7.883.843)	(1.117.093)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		1.345.087	1.170.434	1.408.920	1.185.107
Salários, férias e encargos sociais		55.215	18.972	83.425	19.946
Tributos a receber		88.980	22.170	118.887	22.420
Contas a pagar a partes relacionadas		28.741	32.548	28.743	32.543
Outras contas a pagar		130.489	74.045	102.902	71.778
Variação nos passivos operacionais		1.668.482	1.318.169	1.722.880	1.331.794
Imposto de renda e contribuição social pagos		(62.129)	(96.622)	(62.129)	(100.589)
Recebimento de dividendos		23.348	39.444	21.238	31.364
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(3.294.084)	1.243.864	(3.328.655)	1.238.164
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado	16	(398.221)	(284.531)	(398.428)	(285.072)
Aquisição de ativo intangível	17	(107.150)	(76.490)	(122.055)	(79.334)
Aumento de capital em controladas	14	(275.000)	(46.332)	-	(30.000)
Investimento em controlada, líquido do caixa adquirido		(475.858)	(3.212)	(407.072)	294
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		(1.256.227)	(410.565)	(928.558)	(394.112)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos	19	788.844	-	788.844	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos	19	(407.247)	(412.590)	(807.002)	(412.590)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	19	(48.680)	(53.157)	(52.320)	(53.157)
Pagamento de arrendamento mercantil	5	(205.895)	-	(214.309)	-
Pagamento de juros sobre arrendamento mercantil	5	(147.715)	-	(152.353)	-
Pagamento de dividendos		(182.000)	(114.273)	(182.000)	(114.273)
Alienação (aquisição) de ações em tesouraria	23	141.445	(75.652)	141.445	(75.652)
Recursos provenientes da emissão de ações	23	4.300.000	-	4.300.000	-
Pagamento de gastos com emissão de ações, líquido de tributos	23	(87.805)	-	(87.805)	-
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		4.130.587	(855.672)	3.994.300	(855.672)
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		548.553	370.926	598.087	412.707
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		130.789	548.553	305.748	599.087
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(387.754)	177.627	(288.341)	186.380

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ANEXO G - EFEITOS PATRIMONIAIS DA ADOÇÃO INICIAL

Os quadros abaixo demonstram os efeitos patrimoniais da adoção inicial:

	Controladora			Consolidado		
	Saldo anterior	Ajuste adoção inicial	Saldo após Adoção Inicial	Saldo anterior	Ajuste adoção inicial	Saldo após Adoção Inicial
	01/01/2019	IFRS16	01/01/2019	01/01/2019	IFRS16	01/01/2019
Ativo						
Circulante						
Total do ativo circulante	6.312.813	-	6.312.813	6.412.390	-	6.412.390
Não circulante						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	171.488	-	171.488	181.012	-	181.012
Direito de uso - arrendamento	-	1.947.468	1.947.468	-	1.947.468	1.947.468
Demais ativos	2.246.032	-	2.246.032	2.203.339	-	2.203.339
Total do ativo não circulante	2.417.520	1.947.468	4.364.988	2.384.351	1.947.468	4.331.819
Total do ativo	8.730.333	1.947.468	10.677.801	8.796.741	1.947.468	10.744.209
Passivo						
Circulante						
Arrendamento mercantil	-	224.642	224.642	-	224.642	224.642
Demais passivos	5.335.635	-	5.335.635	5.388.598	-	5.388.598
Total do passivo circulante	5.335.635	224.642	5.560.277	5.388.598	224.642	5.613.240
Não circulante						
Arrendamento mercantil	-	1.722.826	1.722.826	-	1.722.826	1.722.826
Demais passivos	1.091.826	-	1.091.826	1.105.271	-	1.105.271
Total do passivo não circulante	1.091.826	1.722.826	2.814.652	1.105.271	1.722.826	2.828.097
Patrimônio líquido	2.302.872	-	2.302.872	2.302.872	-	2.302.872
Total do Passivo e Patrimônio líquido	8.730.333	1.947.468	10.677.801	8.796.741	1.947.468	10.744.209

A movimentação do direito de uso, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi a seguinte:

	Controladora	Consolidado
Adoção Inicial - IFRS 16	1.947.468	1.947.468
Remensuração	77.962	87.455
Adição	384.869	384.869
Custos diretos iniciais	43.375	43.375
Transferência de Imobilizado	8.495	8.495
Transferência de Intangível	22.345	22.345
Adição por combinação de negócios	-	72.973
Baixa	(913)	(913)
Depreciação	(279.774)	(292.281)
Total	2.203.827	2.273.786
Composição		
Valor do custo	2.606.785	2.697.648
Depreciação acumulada	(402.958)	(423.862)
Imobilizado líquido	2.203.827	2.273.786

A movimentação do passivo de arrendamento, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi a seguinte:

	Controladora	Consolidado
Adoção Inicial	1.947.468	1.947.468
Remensuração de contratos	77.962	87.455
Adição de novos contratos	386.015	386.015
Adição por combinação de negócios	-	73.693
Pagamento de principal	(205.695)	(214.309)
Pagamento de juros	(147.715)	(152.353)
Juros provisionados	147.715	152.353
Saldo final	2.205.750	2.280.322
Passivo circulante	311.960	330.571
Passivo não circulante	1.893.790	1.949.751

ANEXO H - POLÍTICA CONTÁBIL .

Política contábil

A Administração da Companhia define como "Caixa e equivalentes de caixa" os valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos financeiros de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As aplicações financeiras possuem características de conversibilidade imediata com o próprio emissor em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a risco de mudança significativa de valor, sendo registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. Na nota explicativa 30 está descrita a política de risco de crédito e análise de sensibilidade.

Taxas	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa	84.112	62.874	84.215	62.985
Bancos	83.506	73.186	156.403	75.310
Certificados de depósitos bancários				
De 60% a 105% CDI	13.181	409.710	24.247	416.401
Fundos de investimentos não exclusivos				
101% CDI	-	2.783	40.881	44.391
Total de caixa e equivalentes de caixa	180.799	548.553	305.746	599.087

ANEXO I - PARTES RELACIONADAS.

11. Partes relacionadas

Empresa	Ativo (Passivo)				Resultado			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Lulzacred (I)								
Comissões por serviços prestados	15.635	10.176	15.635	10.176	199.309	162.544	199.309	162.544
CDC	373	3.439	373	3.439	-	-	-	-
Cartão de crédito	269.485	106.687	269.485	106.687	(262.817)	(232.550)	(262.817)	(232.550)
Repasses de recebimentos	(75.668)	(58.367)	(75.668)	(58.367)	-	-	-	-
Dividendos a receber	14.274	1.322	14.274	1.322	-	-	-	-
Reembolso de despesa compartilhadas	7.830	12.221	7.830	12.221	95.447	73.816	95.447	73.816
	231.929	75.478	231.929	75.478	31.939	3.810	31.939	3.810
Lulzaeag (II)								
Comissões por serviços prestados	49.712	46.825	49.712	46.825	417.371	352.252	417.371	352.252
Dividendos a receber	5.638	4.976	5.638	4.976	-	-	-	-
Repasses de recebimentos	(66.420)	(55.600)	(66.420)	(55.600)	-	-	-	-
Clawback - contrato exclusividade	-	(4.282)	-	(4.282)	-	-	-	-
	(11.070)	(8.081)	(11.070)	(8.081)	417.371	352.252	417.371	352.252
Total de Controladas em conjunto	220.859	67.397	220.859	67.397	449.310	356.062	449.310	356.062
Lulza Administradora de Consórcio ("LAC") (III)								
Comissões por serviços prestados	1.078	1.286	-	-	14.747	12.413	-	-
Dividendos a receber	2.610	2.093	-	-	-	-	-	-
Grupo de Consórcios	(1.060)	(1.063)	(1.060)	(1.063)	-	-	-	-
	2.628	2.316	(1.060)	(1.063)	14.747	12.413	-	-
Campos Floridos "Época" (IV)								
Comissões por serviços prestados	222	66	-	-	397	360	-	-
Donatelo - "Integra Commerce" (V)								
Reembolso de despesas compartilhadas	-	-	-	-	-	148	-	-
Magalu Log Serviços Logísticos "Magalog" (VI)								
Valores a receber	49	-	-	-	-	-	-	-
Despesas com fretes	-	-	-	-	(26.249)	(1.929)	-	-
	49	-	-	-	(26.249)	(1.929)	-	-
Total de Controladas	2.899	2.382	(1.060)	(1.063)	(11.105)	10.992	-	-
MTG Adm., Asses. e Partic. S.A. (VII)								
Aluguéis e outros repasses	(1.262)	(1.222)	(1.269)	(1.225)	(24.822)	(23.573)	(24.822)	(23.616)
PJD Agropastoril Ltda. (VIII)								
Aluguéis, fretes e outros repasses	(32)	(31)	(57)	(58)	(2.673)	(2.607)	(2.673)	(2.969)
LH Agrop., Adm. de Partic. Ltda. (IX)								
Aluguéis	(127)	(77)	(127)	(77)	(1.622)	(911)	(1.622)	(911)
ETCO - Sociedade em Conta de Participação. (X)								
Comissão de agenciamento - "Fee"	-	-	-	-	(6.764)	(6.229)	(6.764)	(6.229)
Despesa com veiculação de mídia	(436)	(167)	(436)	(167)	(216.891)	(200.612)	(216.891)	(200.612)
	(436)	(167)	(436)	(167)	(223.655)	(206.841)	(223.655)	(206.841)
Total de outras partes relacionadas	(1.857)	(1.497)	(1.859)	(1.527)	(252.772)	(233.932)	(252.772)	(234.337)
Total de partes relacionadas	221.901	68.282	217.910	64.807	185.433	133.122	196.538	121.725

Reconciliação	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Contas a receber de partes relacionadas	373.995	193.635	370.036	190.190
Contas a pagar a partes relacionadas	(152.094)	(125.353)	(152.126)	(125.383)
Total	221.901	68.282	217.910	64.807

Demais partes relacionadas:	Ativo (Passivo)				Resultado			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Títulos e valores mobiliários								
Fundos de investimentos (xi)	4.434.049	397.656	4.434.049	397.656	29.428	17.992	29.428	17.992

ANEXO J - REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO.

b) Remuneração da Administração

	2019		2018	
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Remuneração fixa e variável	4.586	37.986	3.833	25.264
Plano de incentivos atrelados a ações	94	37.025	94	4.913

A Companhia não possui benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo. Os benefícios de curto prazo para a diretoria estatutária são os mesmos dos demais funcionários da Companhia, sendo que determinados colaboradores elegíveis são beneficiários de plano de incentivos atrelados a ações, mencionado na nota explicativa 26. É política interna da Companhia o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados aos seus colaboradores. Tais valores são provisionados em bases mensais pela Companhia, de acordo com a estimativa de atendimento de metas. Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, em 12 de abril de 2019, a remuneração global dos administradores (Conselho de Administração e Diretoria Estatutária) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, em que é previsto o limite máximo de remuneração de R\$ 65.285 (R\$ 28.480 em 31 de dezembro de 2018).

12. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
ICMS a recuperar (a)	706.857	411.287	750.068	411.287
IRPJ e CSLL a recuperar	5.017	8.718	8.764	10.544
IRRF a recuperar	5.956	642	6.140	749
PIS e COFINS a recuperar (b)	1.097.269	27.230	1.227.982	29.242
Outros	2.514	2.513	8.980	2.513
	1.817.613	450.370	2.001.934	454.315
Ativo circulante	777.929	299.746	864.144	303.891
Ativo não circulante	1.039.684	150.624	1.137.790	150.624

(a) Referem-se a créditos acumulados de ICMS próprio e por substituição tributária, oriundos de aplicação de alíquotas diversificadas em operações de entrada e de saída de mercadorias interestaduais. Os referidos créditos estão sendo realizados por meio de solicitação de ressarcimento e compensações de débitos de mesma natureza junto aos estados de origem do crédito.

(b) No exercício de 2019 a Companhia obteve decisão definitiva favorável transitada em julgado em processos nos quais discutia o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, sendo processos relacionados à discussão do Magazine Luiza S.A. e sua incorporada FS Vasconcelos Ltda. Dois dos processos foram ajuizados no ano 2007, garantindo o direito do reconhecimento do crédito tributário desde o período prescricional em 2002 até o período de 2014, outro processo foi protocolado em 2017 que garante o direito ao crédito para o período pós Lei 12.973/14. O montante estimado e registrado para estes processos foi de R\$ 1.190.050, sendo R\$ 713.455 de principal e R\$ 476.595 de atualização monetária.

Também em 2019 transitou em julgado processo da controlada Netshoes sobre o mesmo tema, processo este ajuizado em 2014 e que garante o crédito tributário desde o período de 2009 até 2014, cujo montante estimado e registrado foi de R\$ 119.035, sendo R\$ 73.093 de principal e R\$ 45.942 de atualização monetária.

A compensação dos créditos estão ocorrendo na medida que as homologações via procedimento administrativo perante a Receita Federal do Brasil são efetuadas.

ANEXO L - RECONCILIAÇÃO DO EFEITO TRIBUTÁRIO.

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferido ativo registrado limita-se aos valores cuja realização é amparada por projeções de bases tributáveis futuras, aprovadas pela Administração. A expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2019 é como segue:

Ano de realização	Controladora	Consolidado
2020	27.186	41.751
2021	(78.483)	(65.973)
2022	(13.182)	(882)
2023	27.996	40.506
2024 em diante	32.788	(41.933)
	(3.725)	(26.331)